

Comissão considera tortura crime inafiançável

Brasília — Luiz Antônio

BRASÍLIA — A tortura é um crime inafiançável e por ele responderão os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem. Foi a principal decisão tomada pela Comissão de Sistematização da Constituinte em sua sessão da manhã. Para votar apenas os três parágrafos do artigo 5º do substitutivo Bernardo Cabral, a comissão levou três horas e meia.

A questão da tortura foi a mais polêmica porque os constituintes quiseram caracterizar apenas esse crime. Assim, o tráfico de drogas foi excluído do artigo que tratava dos crimes inafiançáveis sob a alegação de que o traficante já está enquadrado no Código Penal. Um outro pedido de destaque, apresentado pelo deputado Roberto Ballestra (PDC-SP), que incluía o terrorismo entre esses crimes, foi derrubado. Os deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Cristina Tavares (PMDB-PE) foram os que mais combateram esse pedido de destaque. Segundo eles, a conceitualização penal para o terrorismo é extremamente subjetiva.

Sem benefícios — Para chegar a um acordo sobre como ficaria o texto, a comissão rejeitou a proposta do líder Carlos Sant'Anna que qualificava a tortura como crime inafiançável somente quando seguida de morte. Também excluiu a determinação de que a pena deveria "ser cumprida integralmente em regime fechado".

Esse foi um dos temas mais discutidos, em que os deputados Aluísio Campos (PMDB-PB) e Egydio Ferreira Lima defenderam a retirada da expressão, sob o argumento de que dessa forma a "tortura seria mantida, já que os torturadores é que seriam torturados", uma vez que não teriam os benefícios dados a crimes comuns (sursis, diminuição de penas etc.). Os deputados Lysáneas Maciel e Haroldo Lima pediam a manutenção da expressão. Sua retirada foi aprovada por 55 votos contra 35 e uma abstenção.

O deputado Antônio Mariz (PMDB-PB) defendeu a proposta do deputado Euclides Scaleo (PMDB-PR), que fez prevalecer o texto do primemiro substitutivo e ao mesmo tempo excluiu o tráfico de drogas, lembrando que o assunto já consta do Código Penal e que poderia haver confusão. O deputado Paulo Pimentel teve aprovada uma emenda, por unanimidade - 88 votos a favor - que incluía a responsabilidade pela tortura.

Texto — Com a votação da manhã, os parágrafos 6º e 7º e 8º do artigo 5º que pertence ao capítulo I, do Título II ficou assim: Parágrafo 6º — É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, garantida a prática da tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem.

Parágrafo 7º — É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Parágrafo 8º — Ninguém será submetido à tortura, a penas cruéis, ou a tratamento desumano e degradante. A lei considerará a prática da tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem.



Estudantes ocuparam as galerias com nariz de palhaço e participaram dos debates

Estudantes pedem ensino gratuito

Com narizes de palhaço e dentes de vampiro, mais de 200 estudantes da Universidade de Brasília - UnB - ocuparam as galerias da Câmara durante a reunião da Comissão de Sistematização, protestando: "Eles pensam que eu sou palhaço, mas não sou." Faziam parte de manifestação que reuniu mais de dois mil estudantes e professores de todo país concentrados em frente ao prédio do Congresso exigindo ensino público e gratuito além de gestão democrática das instituições de ensino.

Com mais de duas horas de sessão, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) observou que as galerias estavam vazias enquanto do lado de fora as pessoas faziam fila para entrar. "Onde posso adquirir ingressos?" — perguntou a deputada se referia às senhas, distribuídas aos partidos proporcionalmente às bancadas. O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que presidia a sessão, lembrou que só havia 480 lugares e que por

isso somente esse número de pessoas estava autorizado a entrar, liberando o acesso às galerias imediatamente, o que aconteceu pela primeira vez desde que a sistematização começou a votar o projeto constitucional, na última quinta-feira.

Cara de palhaço — À medida que os estudantes iam ocupando as galerias, colocavam sobre o nariz uma bola vermelha e dentes postiços grandes, dizendo: "Os constituintes pensam que somos palhaços. Eu pareço um palhaço? Mas não sou," dizia Eurico Mendes. O movimento de estudantes e professores tinha como objetivo reivindicar ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis, exclusividade de verbas públicas para escolas públicas, aposentadoria especial aos 25 anos de serviço, gestão democrática das instituições de ensino em todos os níveis e plano de carreira unificado.

Esses itens não estavam em votação,

mas as galerias aproveitaram para se manifestarem durante a votação do item sobre tortura. Aplaudiam, sempre, cada vez que o deputado José Genoíno (PT-SP) votava ou encaminhava qualquer votação, o que provocou comentário em plenário do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP): "O Genoíno trouxe torcida organizada hoje."

Estudantes e professores aproveitaram para vaiar alguns constituintes como Ricardo Izar (PFL-SP) e Gerson Peres (PDS-PA), que votaram a favor da inclusão da palavra terrorismo junto com os crimes de tortura. As vaias não ficaram sem resposta. O deputado Izar reclamou: "Não podemos aceitar a pressão das galerias, senhor presidente." Obteve como resposta apenas um balançar de ombros do senador Afonso Arinos. O deputado Gerson Peres (PDS-PA) enfrentou as vaias gritando: "Vão vaiar na casa de vocês", e teve como resposta uma vaia ainda maior.

Cardeal dá apoio ao parlamentarismo

FORTALEZA — O cardeal arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, manifestou-se a favor do sistema parlamentarista, porque o presidencialismo "tem algo de totalitarismo". Ele afirmou que o debate sobre esse tema "não empolga o país, porque o povo está querendo mesmo é condição de vida melhor e um país estável política e administrativamente".

Dom Aloísio, que viajou ontem para Roma, onde tomará parte de mais um sínodo dos bispos, considera que é difícil para a população entender o debate que se trava entre presidencialistas e parlamentaristas. Criticou a pouca atenção que os constituintes e até mesmo o substitutivo de Bernardo Cabral estão dando ao Poder Judiciário.

— A Igreja deseja que na Constituição que se está escrevendo esteja garantido o fortalecimento do Judiciário. Atualmente, o Judiciário funciona com muita influência de politicagem. Esse deve ser um poder independente, longe de pressões interesseiras — disse dom Aloísio.